

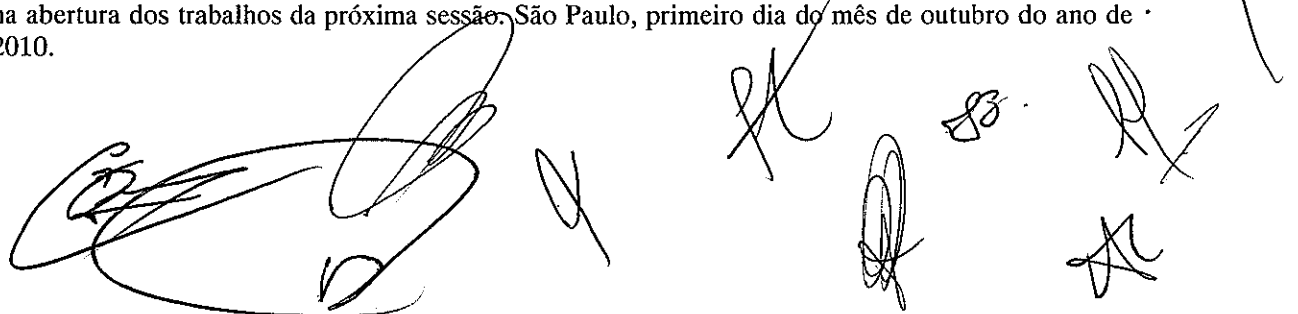
ATA DA 207ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano dois mil e dez, no auditório do edifício sede da Defensoria Pública, localizado na Rua Boa Vista, nº 200, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as) Márcia Regina Garutti, Denise Nakano Veronezi, Luis Cesar Rossi Francisco, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Antonio José Maffezoli Leite, Bruno Diaz Napolitano, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Garcia Belloque, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antonio de Avellar e, na condição de representante da APADEP, Rafael Valle Vernaschi. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. A Presidente encaminhou a ata da 206ª sessão ordinária para aprovação. Aprovada, por unanimidade. Passou-se às Comunicações da presidência. A Presidente informou que o Mutirão Penitenciário Feminino começa na próxima segunda-feira e que para a próxima terça-feira, uma reunião com o Secretário de Administração Penitenciária para tratarem do assunto. Relatou a visita institucional à revista Veja ocorrida esta semana. Daniela apontou que o CONDEGE enviou recentemente ao governo federal uma proposta para o modelo de carteira funcional para Defensores Públicos, que será regulamentada por decreto da Presidência da República, com validade para todo o território nacional. Ficará a cargo de cada unidade de Defensoria nos Estados a especificação de prerrogativas que constarão no verso da carteira, em consideração às legislações locais. Informou que nesta semana foi criado o CNPJ da Defensoria para que o RH possa rodar a folha de pagamento dos Defensores e Servidores da Instituição. Prestou a informação do pregão para aquisição do Pabx, concluído mas com pendência de 2 recursos. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. A presidente abriu a palavra aos inscritos. Sr. José de Jesus, da Pastoral Carcerária, manifestou-se sobre o modelo de defensoria pública em São Paulo e solicitou a manutenção da ouvidoria como órgão da administração. Dra. Maicon, do ITTC, solicitou a manutenção do status de órgão superior que a ouvidoria tem na Defensoria Pública. A presidente destacou a importância do modelo de ouvidoria que a Defensoria adotou e reafirmou o compromisso da administração superior em dar continuidade ao status de órgão da administração superior. Não havendo mais inscritos, passou-se a manifestação dos conselheiros. A Conselheira Luciana agradeceu a presença de todos e informou que os presentes foram peças-chaves na luta pela criação da defensoria pública. Noticiou a moção do Colégio de Ouvidorias Gerais apoiando o modelo de ouvidoria externa. A Conselheira Franciane destacou a importância do trabalho da Pastoral Carcerária e externou sua opinião favorável a manutenção. A Conselheira Juliana agradeceu a presença e o alerta que o Condepe trouxe, visto que a questão não é simplesmente formal. O Conselheiro Antonio discursou sobre a contribuição direta da sociedade civil no desenvolvimento da Defensoria. O Conselheiro Pedro informou fazer parte do grupo de elaboração da proposta de alteração da lei 988. O Conselheiro Moacyr questionou a presidência a deliberação ainda hoje sobre a proposta da administração. A presidente esclareceu os pontos apresentados pela proposta apresentada pela administração. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 382/08. Interessado: Antonio José Maffezoli Leite. Assunto: Proposta de anteprojeto de lei de alteração da Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. Aprovada a proposta da Administração Superior de manter o modelo de Ouvidoria Externa e mantida como órgão da administração superior. A Conselheira Juliana Belloque propôs a supressão da expressão “mediante autorização do Defensor Público-Geral” do inciso V do art. 150, para que ficasse a cargo do Conselho a autorização de afastamento de Defensor para realizar missão ou estudo de interesse da Defensoria. O Conselheiro Antonio sugeriu de modo alternativo que fosse incluída a expressão “e aprovado” no art. 151, para que o Conselho passe a aprovar os pedidos de afastamentos para frequentar curso de pós-graduação, mantendo-se a atual redação do art. 150. A sugestão do Conselheiro Antonio foi acolhida pelo



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in a circle, and several other initials and signatures on the right.

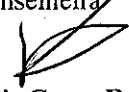
colegiado. A Presidente encaminhou destaque a respeito da contagem do tempo de advocacia privada para todos os efeitos, exceto previdenciário. O Conselheiro Antonio suscitou que esse tempo não deveria ser contado também para os fins de licença-prêmio, pois entende que se trata de prêmio para funções exercidas na Defensoria. A Conselheira Juliana concordou com a posição de Antonio. O Conselheiro Octávio Bueno disse que se o tempo de PGE contou para Defensores que vieram daquela carreira, deveria contar também para os demais membros da Defensoria. Acolhido o posicionamento do Conselheiro Octavio, sendo vencidos os Conselheiros Antonio e Juliana. O representante da Apadep, Rafael Vernaschi, sugeriu incluir o tempo de estágio na Defensoria como tempo de serviço para todos os fins, exceto previdenciário. Acolhida a proposta do Representante da Apadep. A Presidente encaminhou proposta de previsão de que o 13º salário reflita a média anual percebida pelos membros da carreira, considerando-se também gratificações. Aprovado. O Conselho decidiu também alterar a denominação do Núcleo de Situação Carcerária, que passa a se chamar Núcleo Especializado em Questões Criminais e Penitenciárias. A Conselheira Franciane apoiou a mudança e disse que atualmente os Defensores que trabalham em Varas Criminais não se sentem incluídos no Núcleo, pois acham que o órgão trata de temas exclusivos da VEC. A Presidente sugeriu a mudança do nome do Núcleo de 2ª Instância e Tribunais Superiores para Núcleo de 2ª Instância, Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal. Aprovada a proposta. O Conselheiro Antônio sugeriu que o tempo de 5 anos necessário para integrar os Núcleos Especializados fosse reduzido para 2 anos de carreira, bem como que fosse reduzido para 3 anos de carreira o período necessário para exercício das coordenadorias da Defensoria. O Conselheiro Pedro Avellar ponderou que a matéria é complexa e que necessita de maior amadurecimento para discussão. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta, encaminhando-se para a Defensora Pública-Geral para providências cabíveis. CSDP nº 413/10 (Excetuado à pauta). Interessado: Coordenadora do Núcleo de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Pedido de afastamento do Defensor Público Ivan Silveira Laino para participação no I Seminário nacional de Enfrentamento da Discriminação, Criminalização e Violação de Direitos no Contexto do HIV e Aids, nos dias 07 e 08 de outubro de 2010. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A relatora proferiu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o pedido de afastamento. CSDP nº 399/10 (Excetuado à pauta). Interessada: Marisa Sandra Luccas. Assunto: Pedido de afastamento para participação no VI Seminário de Direitos Humanos no século XXI, no período de 28 a 30 de setembro de 2010. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. A conselheira leu o voto pelo não conhecimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, não conhecer o pedido. CSDP nº 362/10 (Excetuado à pauta). Interessado: Tatiana Semensatto de Lima Costa e João Guilherme Marcondes de Oliveira. Assunto: Pedido de alteração de atribuições na Unidade de Carapicuíba. Relator: Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CSDP nº 412/10 (Excetuado à pauta). Interessada: Joaquim Gomes de Abreu Junior. Assunto: Pedido de afastamento para participar do Congresso de Administração de 2010, nos dias 21 e 22 de setembro de 2010. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. A relatora leu o voto pelo deferimento do pedido e proposta de encaminhamento de comunicado aos coordenadores de regionais para não autorizar afastamentos de servidores sem que tenham passado pelo colegiado. Aprovado. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto da relatora, deferir o pedido de afastamento. Vencidos os Conselheiros Fabiana Botelho Zapata, José Moacyr Doretto Nascimento e Octavio Ginez de Almeida Bueno. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretaria do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, primeiro dia do mês de outubro do ano de 2010.

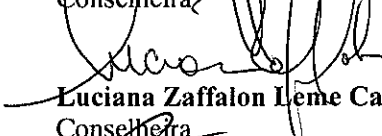
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, complex signature. To its right are several smaller, more stylized initials and signatures, including one that appears to be 'AC' and another that looks like 'AB'. The signatures are scattered across the bottom of the page, some overlapping the text.


Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente


Márcia Regina Garutti
Conselheira


Denise Nakano Veronezi
Conselheira

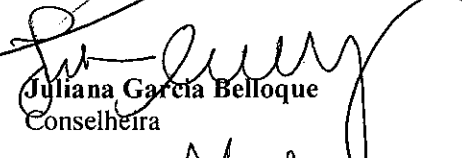

Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

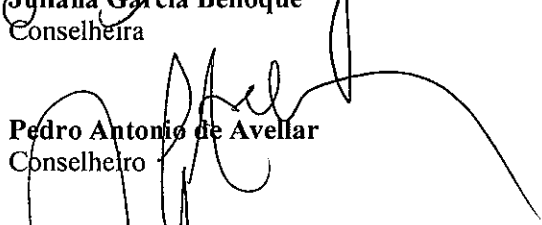

Antonio José Maffezoli Leite
Conselheiro


Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro

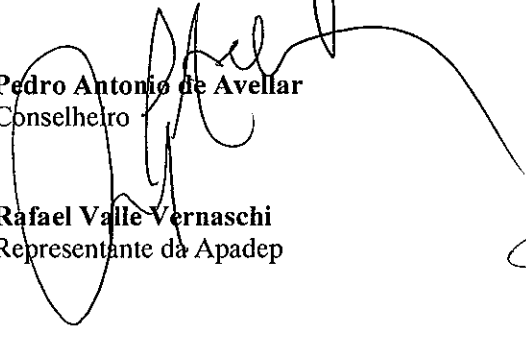

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira

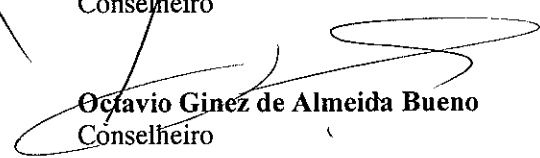

Juliana Garcia Belloque
Conselheira


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro


Rafael Valle Vernaschi
Representante da Apadep


Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro